



3.1.8 • As incertezas da Europa • Os contornos da crise económica

Das origens da Europa comunitária a uma política industrial para a UE

Jorge Pegado Liz

EM RECENTE COMUNICAÇÃO, a Comissão Europeia (CE), no que se pode considerar uma viragem histórica na sua visão do sector industrial europeu, reconheceu que, “numa conjuntura de persistência dos problemas financeiros, mais do que nunca a Europa precisa que a economia real esteja na base da retoma do crescimento económico e do emprego.” E daí concluir, embora com notável atraso, que “a Europa precisa de inverter a trajetória de declínio do papel da sua indústria para enfrentar os desafios do século XXI. Esta é a única forma de produzir um crescimento sustentável, gerar empregos de elevado valor e dar resposta aos desafios societários que se nos colocam. Para tal, é necessário uma visão global centrada no investimento e na inovação, mas também na mobilização de todos os instrumentos disponíveis a nível da União Europeia (UE) para fomentar a competitividade das empresas europeias, nomeadamente o mercado único, a política comercial, a política para as PME, a política da concorrência, a política ambiental e a política de investigação.” (COM 2012).

Na realidade, desde os primórdios da Comunidade Económica Europeia e até antes do Tratado de Roma, já esta constatação tinha sido, insistentemente e persistentemente feita, ao longo dos anos, por alguns dos “Países da Europa” e pelos membros do Conselho Consultivo da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), embora nem sempre devidamente escutados.

A indústria europeia no pós-guerra e a remota CECA

Dos escombros da 2.ª Guerra Mundial e no esforço da reconstrução e da refundação dos Estados beligerantes da Europa Central, apoiados pelo Plano Marshall, nasceu a ideia de uma CECA. Forçoso é recordar que um dos motivos económicos determinantes do conflito fora o domínio de uma região fronteiriça entre a Alemanha e a França, onde se situavam as principais jazidas das matérias-primas essenciais para a indústria da altura – o carvão e o aço. Ou seja, foi a pacificação da utilização de tais matérias-primas na indústria europeia que esteve nas origens da Declaração Schuman de 9 de Maio de 1950 e da mensagem subjacente à ideia de tornar comum a produção industrial, como base para o desenvolvimento económico “primeira etapa da federação europeia, indispensável para a manutenção da paz”. Do Tratado de Paris que instituiu a CECA, constava expressamente o objectivo imediato da realização de um mercado comum do carvão e do aço, mas tinha-se a perfeita noção de que se estavam a fundar “os primeiros alicerces de uma comunidade mais ampla e mais profunda entre povos há muito divididos por conflitos sangren-

tos e a lançar as bases de instituições capazes de orientar um destino doravante compartilhado”.

Com um horizonte temporal definido de 50 anos, que findou em Julho de 2002, e não obstante o seu carácter sectorial, a CECA teve uma influência essencial nos importantes desenvolvimentos económicos e políticos registados na Europa nesse período, assegurando um desenvolvimento equilibrado da produção e da distribuição dos recursos. Face à crise destes sectores nos anos 70 e 80, a CECA conseguiu organizar uma resposta articulada que esteve na origem das reestruturações e reconversões industriais necessárias, com particular atenção para os aspectos relativos à protecção dos direitos dos trabalhadores, na linha do modelo social europeu. Foi à CECA que se ficou a dever o modo de organização original que caracteriza hoje a UE, pela criação de um sistema regulamentar próprio, ancorado em instituições. Sessenta anos volvidos, o que resta da herança da CECA?

A decisão tomada pelas instituições comunitárias de, em 2002, criar a Comissão Consultiva para as Mutações Industriais (CCMI), no seio do Comité Económico e Social Europeu (CESE), como sucessora do Conselho Consultivo da CECA, foi a resposta a essa interrogação.

Com uma composição paritária de 48 membros eleitos do CESE e de outros tantos delegados directamente nomeados pelos *stakeholders* (organizações de empresas industriais, de trabalhadores das indústrias e de consumidores – legítimos sucessores dos membros do Conselho Consultivo da CECA e alguns ainda seus antigos membros!), a CCMI tem perpetuado o modelo de diálogo institucional e de debate dos diferentes actores da indústria europeia, basicamente orientada para as situações concretas de mutações industriais nos diferentes sectores, com uma aproximação essencialmente pragmática e voltada para os casos concretos.

Nestes últimos 20 anos assistiu-se a uma profunda transformação do próprio conceito de “indústria” e tal reflectiu-se no escopo das actividades da CCMI. Não se estranhará, por isso, que temas como o diálogo social e a participação dos trabalhadores, o papel dos parques tecnológicos nas transformações industriais nos novos Estados-membros, o desenvolvimento e a competitividade sustentável e as tentativas na redução da emissão de gases, o impacto da territorialidade na aplicação dos impostos nas transformações industriais, vão de par com assuntos como as indústrias culturais e criativas, o papel das cooperativas, as mudanças na indústria bancária por força das novas regras de controlo financeiro, ou ainda iniciativas mais recentes, a reflectir a actual crise económica, como as reestruturações e a antecipa-

ção para a mudança, a indústria das publicações, o sector dos serviços à pessoa, a modernização das ajudas de estado aos sectores chave da economia, os desafios na engenharia europeia numa economia global em mudança, a redução da obsolescência programada dos produtos e o impacto das mutações demográficas e da transformação das pirâmides etárias na indústria.

Isto sem esquecer, para além dos contributos de ordem geral para a definição de uma política industrial europeia como motor do crescimento e do emprego, no âmbito da estratégia 2020, a observação e o escrutínio periódicos de alguns sectores clássicos da indústria, como os têxteis técnicos e o vestuário, o cimento, a defesa, a aeronáutica, a construção e a reparação naval, as matérias-primas, a madeira e o mobiliário, as minas, as máquinas agrícolas, a construção civil, a metalomecânica, os automóveis, a indústria espacial, etc.

Uma encruzilhada decisiva

O 10.º aniversário da CCMI foi a oportunidade para uma reflexão aprofundada do papel da indústria na Europa, no quadro da Estratégia 2020, do seu contributo essencial para o crescimento e o emprego e das perspectivas da sua evolução futura, com base em intervenções dos principais representantes dos diferentes *stakeholders*, mas igualmente de representantes das instituições comunitárias e de peritos, técnicos e académicos.

É, com efeito, preciso ter presente que desde a década de 1980 a indústria europeia tem vindo a perder peso relativo na economia, por força de um “esquecimento” do seu papel e da importância decisiva para fazer face aos desafios e às fraquezas de um sistema económico fundamentalmente ancorado nos serviços imateriais e na especulação financeira.

E os dados apenas pioraram recentemente. A CE reviu em baixa as perspectivas do investimento, em especial em equipamento na primeira década de 2000. O emprego na indústria caiu mais de 18% desde 2000 e mais de 10% desde o início da crise. Os índices do crescimento da produtividade na indústria caíram de 2,6% nos primeiros cinco anos da década para 1,9% na segunda parte, em claro contraciclo com o que se passa nos países emergentes. E as tendências não melhoraram no primeiro trimestre de 2012, com forte contracção em sectores como a construção civil ou o mercado dos bens de consumo, para tal contribuindo os aumentos de preços das matérias-primas e da energia e as dificuldades de acesso ao crédito.

Foi, assim, que chegamos à presente encruzilhada, para cuja aproximação, aliás, a CCMI, desde a sua constituição, tem vindo a alertar os responsáveis nacionais e comunitários, nos seus diversos pareceres e recomendações.

Estamos conscientes, hoje, de que a crise que nos afecta a todos, enquanto europeus, não é exclusivamente financeira, como alguns simplistamente ou intencionalmente pretendem fazer crer, mas antes de natureza económica, social, ambiental e cultural.

Experimentamos, a vários níveis, nacional e comunitário, toda uma série de *deficits*, não apenas fiscais e de contradições, não apenas financeiras, no nosso sistema de representação democrática e de decisão política. Onde a incapacidade, a incompetência e a ignorância, quando não a rematada má-fé, têm campeado.

Apercebemo-nos, tarde, das faltas na regulação, das dificuldades, quando não da incúria, na efectiva e isenta aplicação das leis, das clamorosas falhas no funcionamento eficaz da justiça.

E estamos a dar-nos conta de uma crise profunda de valores humanos, sociais, morais e políticos.

Que política industrial para a UE?

Desde logo é preciso recentrar a política industrial no âmago de todas as políticas que visam o crescimento e o emprego, e, a partir daí, uma nova via de confiança e de esperança para o progresso, o bem-estar e a qualidade de vida a que, desde o Tratado de Roma, a UE aspira para os seus povos. Uma política que não renegue os sectores clássicos e tradicionais – e é aí que não poderemos esquecer a nossa dívida para com a CEEA e o seu contributo essencial para a Paz e o Progresso – mas uma política que deve apostar decisivamente na inovação, na investigação e no desenvolvimento, na utilização de novas matérias e de materiais reciclados, e das nanotecnologias, do digital na informação e na comunicação, para os aplicar aos novos desafios que nos confrontam num mundo cada vez mais global e de desenfreada e imparável concorrência. Uma política que conduza a uma indústria europeia rejuvenescida, mais robusta e mais competitiva, capaz de criar mais e melhores empregos, atenta às mutações climáticas mas também à preservação das matérias-primas mais escassas e às fontes de energia, e que não prejudique os ecossistemas.

Uma política que utilize a fundo as tecnologias verdes e se concentre mais sobre o potencial dos sub-sectores da ecoindústria.

Uma política, enfim, capaz de melhor realizar o mercado único e de promover a internacionalização das empresas europeias, sobretudo das PME a quem falta a confiança nelas mesmas e a auto-estima, mas também os mecanismos de apoio necessários para saírem do seu *habitat* e ousarem o mundo.

Mas simultaneamente uma série de medidas e de iniciativas de curto prazo capazes de promover o crescimento, e de relançar um clima de confiança propício ao investimento do sector privado em novas tecnologias e na inovação.

Penso, designadamente, em iniciativas, algumas já em curso de execução ou de planeamento, como o desenvolvimento de *standards* para bens e serviços, uma protecção mais adequada dos direitos de propriedade intelectual e industrial, um claro apoio público para o investimento em novas tecnologias em particular para as PME,

o refinamento da regulação do mercado interno, diminuindo drasticamente a burocracia (“better regulation, smart regulation”) e adoptando regimes opcionais de contratação que superem as dificuldades da harmonização, o incentivo à internacionalização das empresas e à sua competitividade no mercado global, a adopção de sistemas expeditos mas justos de resolução de conflitos.

Uma nova «revolução industrial»?

Não tenho a certeza de que se possa falar, apropriadamente, de uma nova revolução industrial, pelo menos no sentido literal que a expressão tem na história da Europa do século XIX, mas do que estou convicto é que, de há 30 anos a esta parte, aconteceu uma modificação importante e significativa dos actores nos mercados, novas tecnologias emergiram e existem cada vez mais trabalhadores melhor formados e mais bem preparados. Precisamos, por isso, de uma política proactiva que aposte na antecipação, na mudança e nas reestruturações, tendo sempre presente que o mais importante, o que vem em primeiro lugar, são as pessoas.

Uma política participativa em que os interesses de todos os *stakeholders* sejam tomados em consideração, mas principalmente em que a voz dos consumidores e dos cidadãos tenha um papel decisivo. Essa a razão porque me é particularmente cara a recente consulta lançada pela Comissão – «Enabling consumers to spur industrial innovation» – e que só peca por tardia, mas se espera que se torne emblemática de uma nova forma de fazer as políticas. Mas também os resultados da consulta que a Comissão concluiu sobre uma política industrial motor do crescimento sustentável e do emprego, que deverá estar no centro de uma Estratégia 2020 reformada e revista para ter em conta as transformações económicas e sociais entretanto ocorridas.

E, finalmente, a recentíssima comunicação da Comissão sobre “Reforçar a indústria europeia em prol do crescimento e da recuperação económica” e que, como referido, parece representar uma viragem na óptica da Comissão relativamente ao papel da indústria no actual contexto político, económico e social.

Paradigmáticas nestas transformações são algumas opções fundamentais. Desde logo, a substituição gradual dos hidrocarbonos como a principal fonte de energia; depois, novas técnicas de produção baseadas nas tecnologias digitais, novos materiais, energias renováveis, reciclagem e reutilização de materiais, novos processos de fabrico com repercussões directas em vários sectores como a manufactura, os serviços, a energia, os transportes, a construção e os produtos químicos. Alguns exemplos: as nanotecnologias podem tornar as fontes de energia renováveis menos dispendiosas e mais eficientes; a produção em massa de carros movidos a electricidade com custos e performance comparáveis com os movidos a petróleo mas com zero emissões de gás; edifícios inteligentes podem consumir menos energia e ser, eles mesmos, produtores de energia; a indústria do espaço pode transformar as nossas redes de transportes; a tecnologia digital, a criatividade

e o *design* – de que são exemplo as recentes impressoras a três dimensões – podem revolucionar a produção de bens e a prestação de serviços. Lugar de destaque merecem as chamadas “tecnologias verdes” ou ecotecnologias. Já hoje o mercado de bens e serviços ligados ao ambiente representa mil milhares de milhões de euros por ano e estima-se que possa duplicar ou triplicar até 2020. É responsável por 3 milhões de empregos directos e corresponde a 1/3 de quota do mercado global. É, assim, uma grande oportunidade para as empresas europeias em subsectores como a reciclagem ou em domínios como a inovação aplicada à produção de matérias-primas em que a Europa não é autossuficiente, como é o caso do índium usado nos fotovoltaicos e nos ecrãs planos, o antimónio, o cobalto ou a grafite, razão que está na origem do lançamento, pela CE, em Fevereiro de 2012, de um Partenariado Europeu para a Inovação sobre matérias-primas. De facto estima-se em 100 milhares de milhões de euros o valor dos recursos minerais da Europa não explorados à profundidade de 500 a 1.000 metros.

Uma atenção muito particular deve ser dada ao indispensável apoio financeiro a este esforço de reindustrialização da Europa, sendo que, para além da reorientação da Banca, haverá que concitar coordenadamente todos os possíveis instrumentos e programas financeiros neste desiderato.

“
[...] aconteceu uma modificação [...] significativa dos actores nos mercados, novas tecnologias emergiram e existem cada vez mais trabalhadores melhor formados [...]”

Refiro-me, em especial, ao Programa Quadro para a Competitividade e a Inovação (CIP) com a possibilidade de financiar mais de 315.000 PME num montante de 30 mil milhões de euros; o programa JEREMIE (*Joint European Resources for Micro to Medium Enterprises*) com mais de 3 mil milhões de euros; o programa “Progress Micro finance” no domínio do microcrédito (empréstimos até 25.000 euros) ou o esquema de financiamentos do Banco Europeu de Investimento que abrangeu 120.000 PME em 2011, com 13 mil milhões de euros. No âmbito da programação 2014-2020 é indispensável o reforço dos financiamentos dedicados à indústria, e só no âmbito do Programa COSME está previsto um apoio suplementar de 1,4 mil milhões de euros para as PME.

Acontece, de facto, que a crise instalada teve como uma das suas mais preocupantes consequências, a restrição no acesso das empresas produtoras a capital de risco. É urgente reformular as condições de acesso ao crédito, em especial para as PME, e reforçar o funcionamento dos mercados de capital de risco. Para tal será necessária uma melhor coordenação e reforço da efectividade de variados instrumentos financeiros existentes e a criação de outros. ■